

**INSTITUTO ENSINAR BRASIL
FACULDADES DOCTUM DE CARATINGA – MG**

MARIA RITA MOREIRA DE SOUSA

A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA CASA DO CIDADÃO

CARATINGA-MG

2018

**INSTITUTO ENSINAR BRASIL
FACULDADES DOCTUM DE CARATINGA – MG**

MARIA RITA MOREIRA DE SOUSA

A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA CASA DO CIDADÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social das Faculdades Integradas de Caratinga, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Área de Concentração: Seminário de TCC II

Orientadora: Prof.^a Sônia Gomes de Freitas

CARATINGA-MG

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado:

A prática profissional do assistente social na Casa do Cidadão, elaborado pela aluna Maria Rita Moreira de Souza, foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo curso de Serviço Social das FACULDADES DOCTUM DE CARATINGA, como requisito parcial da obtenção do título de

BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL

Caratinga, 05 de Dezembro de 2018 .



Prof. Orientador **Sônia Gomes de Freitas**



Prof. Examinador 1 **Renata de Souza Ribeiro Paiva**



Prof. Examinador 2 **Livia Maria Siqueira Fernandes**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me sustentado nos momentos mais difíceis da minha vida, pela a força e coragem a toda essa longa caminhada.

Agradeço aos meus pais Ana de Fatima e Joao Moreira, pelo o amor, apoio, o carinho e sempre me dando forças para vencer as minhas dificuldades ao longo desses quatros anos de jornada.

Agradeço ao meu amado esposo Adegilson Paiva que sempre esteve comigo nas horas mais difíceis da minha vida, me ajudando a enfrentar meus medos, dificuldades sempre me incentivando a não decidir acreditando na minha capacidade de vencer os obstáculos vividos nessa longa caminhada.

Agradeço aos meus amigos e amigas de trabalho pelo o carinho, torcida e principalmente as minhas colegas e companheiras de turma em especial a nossa querida amiga Andiará que estava na turma e que não pode concluir essa jornada com agente, pelos os momentos maravilhosos que passamos juntas.

Agradeço a minha supervisora de campo de estágio Andreísa Carvalho pelo o apoio, dedicação, carinho e sua amizade e a sua contribuição em trajetória acadêmica o meu muito obrigado.

Agradeço a minha querida professora e orientadora Sônia Gomes de Freitas pela a sua contribuição em meu trabalho e em minha formação pessoal e acadêmica, acreditando na minha capacidade e me incentivando a evoluir a cada dia mais o meu eterno muito obrigada, pois quando eu estava a ponto de desistir por causa da perda do meu amado irmão Joao Cláudio (em memória), a mesma me incentivou a não desistir e hoje graças a essa pessoa maravilhosa que é a Sônia estou finalizando essa longa caminhada.

Agradeço aos meus demais professores em especial a professora Renata Ribeiro por ter acreditado no meu potencial de enfrentar os meus medos, dificuldades e me encorajando a seguir em frente, obrigada pelo o carinho.

Agradeço ao meu primo querido Bruno Oliveira que esteve desde o início da minha caminhada sempre me ajudando nos meus trabalhos me dando forças para que eu nunca desistisse do curso ao meu muito obrigado primo que eu admiro muito porque se eu hoje estou terminando essa longa jornada é graças a você meu primo querido.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso se configura como uma exigência da obtenção do título de bacharel no curso de Serviço Social das Faculdades Doctum de Caratinga. Durante o processo de formação acadêmica mais precisamente por meio da realização do estágio supervisionado na Casa do Cidadão, onde verificou-se que este espaço sócio jurídico desempenha relevante papel no município e região atendendo as famílias que necessitam do atendimento jurídico gratuito devido às suas condições socioeconômicas. Tendo como concentração do saber a área jurídica, o Serviço Social se faz presente como área que subsidia as ações desenvolvidas no referido espaço sócio ocupacional através da triagem realizada pelo assistente social junto as famílias que buscam pelos serviços ofertados. O Serviço Social é uma profissão que se legitima na contradição entre capital e trabalho tendo como seu objeto de intervenção as expressões da questão social. Exigindo do mesmo um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica, não só na execução, mas que pense, analise e pesquise. Para compreender esse processo, passou-se primeiro pela construção histórica do Serviço Social brasileiro, seu desenvolvimento- saindo do conservadorismo para o projeto profissional crítico, culminado na pesquisa de campo realizada com a assistente social da Casa do Cidadão.

Palavras chaves: Serviço social, casa do cidadão, questão social.

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESS - Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social

ABPESS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABNT - Associação Brasileiras de Normas Técnicas

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CRESS - Conselhos Regionais de Serviços Sociais

CREAS - Centro de Referência Especializada em Assistência Social

EMAJ - Escritório Modelo de Assistência Jurídica

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

MG - Minas Gerais

NPJ - Núcleo de Prática Jurídica

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

RJ - Rio de Janeiro

SS - Serviço Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – O SERVIÇO SOCIAL E SEU DESENVOLVIMENTO NO BRASIL...	10
1.1 O surgimento do Serviço Social no Brasil	10
1.2 O movimento de reconceituação da profissão	19
1.3 O Serviço Social na atualidade: uma reflexão crítica.....	24
CAPITULO II: O CONTEXTO SOCIAL DA CASA DO CIDADÃO: O SERVIÇO SOCIAL PRESENTE	30
2.1 O contexto histórico da casa do cidadão em Caratinga.....	30
2.2 A prática profissional do assistente social na casa do cidadão	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42
ANEXOS	44

INTRODUÇÃO

A elaboração deste trabalho resultou da experiência de estágio supervisionado da aluna referenciada, na casa do cidadão de Caratinga. O presente estudo ora aqui exposto encontra-se dividido em dois capítulos. Sendo o primeiro capítulo intitulado: O serviço social e seu desenvolvimento no Brasil, que visa compreender a contextualização do serviço social brasileiro mediante ao seu surgimento enquanto profissão, meados nos anos de 1930 a 1940, estando inserido na divisão sócio técnica do trabalho, ou seja na sua gênese e tendo como base de sustentação o projeto ético político.

O segundo capítulo apresenta: O contexto histórico da Casa do Cidadão: o serviço social presente. Culminando na realização de uma pesquisa de campo com a assistente social que atua na no referido espaço sócio ocupacional.

A casa do cidadão é uma instituição privada que desenvolve atuação como vistas no atendimento sócio jurídico as famílias em situação de vulnerabilidade social, ou seja, aquelas que não têm condições de arcar com os honorários dos advogados, e por isso é realizado um agendamento para que o usuário seja passado por uma triagem sócio econômica do grupo familiar que é realizada pela a assistente social da casa, tendo como objetivo principal verificar se o usuário é apto ou não a receber os serviços sócio jurídicos ofertados. O Serviço Social se faz presente neste contexto, sendo considerado a “porta de entrada para os serviços”.

Para a realização do presente trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com livros, teses e publicações acerca do tema estudado, buscando trazer autores que tratem da questão a ser discutida. Tendo como marco teórico desse trabalho as ideias sustentadas pelos seguintes autores: José Paulo Netto, Marilda Vilela Iamamoto, Yolanda Guerra, que vem trazer de maneira clara e objetiva o tema a ser apresentado.

A estratégia utilizada no roteiro da entrevista direcionada ao assistente social da casa do cidadão foi tentar construir questões que levasse a compreensão da atuação profissional frente às demandas que são apresentas e os inúmeros desafios que o profissional enfrenta para a efetivação na sua atuação profissional. Sendo assim, esta pesquisa pretende comprovar a real importância da prática profissional

do assistente social dentro do espaço sócio ocupacional, denominado CASA DO CIDADÃO.

CAPÍTULO I – O SERVIÇO SOCIAL E SEU DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

1.1 O surgimento do Serviço Social no Brasil

O serviço social surgiu na contradição entre capital X trabalho, onde se expressa à mudança do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, com uma urgência de viabilizar o acréscimo de lucros capitalistas através de um controle dos mercados, estimulando-se a criação de novas tecnologias e assim acarretando o aumento do exército industrial de reservas fazendo visível a queda do padrão de vida dos assalariados e o aumento da taxa de afluência dos trabalhadores, assim verificando-se a ampliação da miséria absoluta e relativa de grande parcela da população trabalhadora, consubstanciando um processo crescente de dilapidação da força de trabalho coletiva IAMAMOTO (2000, p.82).

O capitalismo monopolista colocou-se em patamar mais alto o sistema de contradições produzido pela ordem burguesa, como a exploração e alienação da força de trabalho, viabilizando o aumento de lucros da burguesia. Provocou um reordenamento da dominação burguesa, e conseqüentemente, das relações dessa classe com as demais, com o Estado, com as grandes corporações e as nações centrais, com as quais os laços foram estreitados IAMAMOTO (2000, p. 80).

O assistente social ao se inserir na divisão social e técnica do trabalho coletivo (IAMAMOTO, 2001) torna-se responsável por uma utilidade social que permite ao profissional vender sua força de trabalho numa relação mercantilizada e, portando, assalariada.

O desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo estabelece na sociedade a existência de duas classes fundamentais, os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, através de relação social no processo de produção de acordo com NETTO (2011), a gênese histórica social da profissão, em um âmbito mundial, se situam no concreto tratamento da questão social num momento específico do desenvolvimento da sociedade burguesa: a era do capitalismo monopolista.

A questão social¹ é à base de fundamentação do serviço social e a forma de organização da sociedade capitalista que promove o desenvolvimento das forças produtivas e, paralelamente, aprofunda e expande a desigualdade social, a miséria e a pobreza.

A questão social, por si só, não determina o surgimento do serviço social (NETTO, 1996 apud MONTANO, 1998). Ela passa a ser o objeto de intervenção da profissão apenas quando foi assumida pelo Estado, no estágio do capitalismo monopolista, que sob pressão e interesse do capital e da classe trabalhadora, se vê obrigado a absorver suas demandas e a dar respostas através das políticas sociais sem que, contudo, isso afete os interesses dos capitalistas. Isso inclusive é condição para legitimação do Estado diante de duas classes (IAMAMOTO e CARVALHO, 2001).

É entendido entre autores que as “expressões da questão social” constituem o principal instrumento de trabalho do assistente social, sendo questão social apreendida como o “conjunto das expressões das desigualdades”, as quais surgiam descontroladamente a partir da inserção das indústrias no Brasil, a partir da segunda metade da década 1920. Pode-se afirmar que o aparecimento da questão social está atrelado à generalização do trabalho livre, numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente.

IAMAMOTO (2001) sinaliza para a questão social como,

[...] A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (IAMAMOTO, 2001:16, 17).

Com o modo de produção capitalista se ampliando e se consolidando cada vez, mais os agravamentos das expressões da questão social desencadeavam com mais afirmação, onde a classe burguesa tinha que conseguir meios para manter a ordem e a continuidade de seu poder.

¹ Segundo IAMAMOTO, 1998, p.27 - “A Questão Social é apreendida” como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

De acordo com MARTINELLI,

A realidade trazida pelo capitalismo estava posta e imposta; ou o trabalhador se mercantilizava, assumindo a condição de mercadorias útil ao capital, ou se coisificava, assumindo o Estado de “coisa pública” - república – a que correspondia à perda da cidadania, a “não cidadania (MARTINELLI 2005, pág. 57).

E de acordo com IAMAMOTO (2001), é possível notar a gênese existente entre o serviço social e os interesses da classe trabalhadora assalariada e da burguesia.

Diante isso IAMAMOTO ressalta que:

A reprodução das relações sociais de produção não se reduz a reprodução dos meios de produção, isto é, força de trabalho e dos meios de produção, ainda que os envolva. Segundo Lefebvre (1973), as relações sociais de produção envolvem contradições. Sociais (burguesia e proletariado) e políticas (governados e governantes). Toda a sociedade torna-se o lugar da reprodução das relações sociais. (IAMAMOTO, 2011, pag.49,50).

De acordo com MARTINELLI (2005), através de uma forte argumentação exercida por Richmond em 1898, na cidade de Nova York foi organizado o primeiro curso destinado à aprendizagem da ação social, ou como queria Richmond aprendizagem da aplicação científica da filantropia, que no ano em seguida se tornou a primeira escola de filantropia aplicada impulsionando a criação da primeira escola Europeia em 1859, na cidade de Amsterdã e logo em seguida a primeira escola alemã em 1908.

E partir daí pode-se observar o grande crescimento de cursos voltados para a formação social nos Estados Unidos e na Europa e em consequência disto em 1908 com a criação da primeira escola de serviço social na Inglaterra e em Paris nos anos de 1911 e 1913.

O surgimento do serviço social na América Latina vincula-se à fundação da primeira escola, Alejandro Del Rio, no Chile em 1925. De acordo com CASTRO (2003), pode-se investigar a emergência do serviço social “Chileno”, “Peruano”, e

“Argentino como o aparecimento do serviço social “Latino-americano”, isto é, o momento em que a profissão se “Latino Americaniza” adquirindo um perfil, um caráter e uma genérica condição Latina Americana e um horizonte comum.

CASTRO sinaliza que,

Em 1925 começa a funcionar em Santiago do Chile a primeira escola de serviço social. Fundada pelo dr Alejandro Del Rio. O fato de que a primeira escola de serviço social na América Latina tenha sido criada por um médico é de fundamental importância. Nessa época, os médicos já sabiam muito bem que poderiam rentabilizar sua tarefa na medida em que se cercassem de uma série de subtécnicos que, sob sua absoluta dependência e direção e dando lhes escrita conta dos seus afazeres, complementariam a função propriamente médica... Médicos com esta mentalidade... Puderam perceber. Que contariam como outro componente nesta equipe de subprofissionais (CASTRO, 2003, pag. 42).

O surgimento do serviço social no Brasil e sua institucionalização nas décadas de 1930 e 1940, considerado resultado de dois processos que autorrelacionados e geram as condições sócio históricas necessárias para que constituísse seu próprio percurso histórico. O primeiro é o redimensionamento do Estado consequência da fase monopólica do capital, o segundo processo onde devemos destacar é a busca pela recuperação pela a hegemonia ideológica da igreja católica, através de um fortalecimento da chamada ação católica brasileira.

A igreja católica possuía um papel de destaque devido a influência do serviço social onde a profissão era exercida pelas damas da caridade que baseava-se através das ações caritativas realizadas pelas instituições ligadas a religião. E com o apoio do Estado a burguesia utilizava do assistencialismo para se manter no poder cujo objetivo de alienação, na busca de estratégias para um consenso com a classe trabalhadora.

Sendo assim de acordo com MARTINELLI,

[...] a origem do serviço social como profissão tem, pois a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienações, contradição, antagonismo, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado desenvolvido (MARTINELLI, 2005, pág. 62).

O processo de legitimação da profissão no Brasil, tomando como foco inicial na década 1930, visto que nesse período, vivenciava-se um momento de grandes turbulências devido a diversos fatores, pode-se mencionar a Grande Guerra, a Revolução Russa e problemas derivados da quebra da bolsa de Nova York² em 1929. Tudo isso motivou grandes impactos econômicos e políticos e o Brasil sofreu com a queda do preço do café que era seu maior produto de exportação, causando aumento do custo de vida da população e conseqüentemente o aumento da pobreza.

Neste contexto, o Brasil vivenciou por um período o governo provisório (1930 a 1934), por Getúlio Vargas, que começou a executar as políticas de modernização no País, criando novos ministérios e nomeando interventores de Estados. “à fase propriamente revolucionária durou aproximadamente até 1934, quando a assembleia votou por uma nova constituição e elegeu Vargas como presidente”. (IAMAMOTO, 2006, pág. 87).

Entre 1930 a 1937 o País viveu um período de grandes agitações políticas, devido a amplitude e a organização de movimentos políticos. Relativos a mobilização, essa atingiu vários Estados da federação, inclusive a capital da república, além de envolver vários grupos sociais como: operários, classe média, militares, oligarquias e industriais. Quanto à organização, cresce o número de sindicatos, associações e surgem diversos partidos políticos.

Tendo como competência elaborar, programar e executar políticas sociais, mais especificamente políticas públicas, de acordo com NETTO, (1992) esses profissionais apresentam-se como um executor terminal de políticas sociais, intervindo diretamente com a população usuária. (NETTO, 1992 apud IAMAMOTO, 2008 pág. 20).

E sua função enquanto profissão para a classe burguesa deve seguir na direção de amenizar conflitos, uma vez que,” alicerça-se tanto no processo conservador de manutenção da ordem como no processo renovador [...] de mudança de comportamentos em função das normas de higiene social, controle biopsíquico, recuperação dos indivíduos.” (FALEIROS 2005, pág.,3). Sendo assim,

² Crise econômica, também chamada crash de 1929, que pôs termo ao longo período de desenvolvimento econômico que se iniciou em meados do século XIX e alçou os EUA à posição de protagonista industrial do mundo. Na ocasião, partindo de um contexto de ampla prosperidade, a economia americana sofreu o mais forte solavanco de sua história, um acontecimento de proporções épicas e efeitos duradouros. (ROSSINI, 2016 p.01)

os assistentes sociais, atuavam na mudança de hábitos das famílias e pessoas, na perspectiva de melhorar os comportamentos, condições de higiene, à moral e à sua inserção na ordem social.

Considerando o contexto socioeconômico, político e cultural, o objeto de intervenção da profissão se configurava a partir da moral, da higiene e da boa conduta, numa perspectiva de manter a ordem advinda das pressões da sociedade que se encontrava em situação de miserabilidade devido a diversos fatores advindas das crises anteriores.

IAMAMOTO, assevera que,

Com o surgimento das grandes instituições, o mercado de trabalho se amplia para o Serviço Social e este rompe com o estreito quadro de sua origem para se tornar uma atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo conjunto das classes dominantes. (IAMAMOTO, 2004, p. 93).

O assistente social, agora identificado como profissional assalariado, inserido no mercado de trabalho iria desenvolver suas ações a partir da execução das políticas assistenciais disponibilizadas pelo Estado e setores empresariais, tendo como público alvo os grandes setores do proletariado.

Para responder as demandas apresentadas pela população nesse período, o Serviço Social no Brasil utilizava-se dos clássicos do “Serviço Social de Grupo” e “Serviço Social e de Comunidade” advindos dos Estados Unidos, objetivando tornar a comunidade organizada, com líder que buscasse melhorar os meios e as condições imediatas numa perspectiva de prevenir doenças, conscientizar gestantes e articular obras sociais, condições de habitação e a questão sanitária (FALEIROS, 2005).

O período compreendido entre os anos de 1940 até meados da década 1960 significou, para o Brasil, um momento de considerável crescimento econômico. Nos países latino-americanos, emerge a ideia do desenvolvimentismo, entendido como uma possibilidade de superação do subdesenvolvimento presente nos países da região. No Brasil, os planos desenvolvimentistas não alcançaram os resultados esperados.

O desejo do desenvolvimento econômico com justiça social não se concretizou e o que podemos observar é a forte presença de capital estrangeiro no país, entendida como necessária para o desenvolvimento nacional. O que se observa, em verdade, é a construção de uma indústria no Brasil e não uma indústria do Brasil. O surgimento de uma economia urbano-industrial traz à tona a necessidade de entidades assistenciais para atender às demandas postas e controlar as lutas sociais.

O serviço social de caso ou Casework orientado pelas teorias de Mary Richamond, Porter Lee e Gordon Hamilton, cuja preocupação estava voltada para a personalidade do cliente. O trabalho desenvolvido por essas teorias tinha como objetivo de realizar as mudanças nos indivíduos e nos comportamentos. O indivíduo era visto como um elemento que deveria ser trabalhado no âmbito de ajustá-lo na sociedade, assim cumprindo bem o seu papel no sistema vigente. “De acordo com RICHARD apud BALBINA (1978, pag. 44) o serviço social de caso e o processo que desenvolve a personalidade através de um ajustamento consciente, indivíduo por indivíduo, entre os homens e ambiente”.

E no decorrer de seu desenvolvimento a procura por um apoio científica, o serviço social buscou apoio no sentido de principalmente da racionalização e na sua atuação. Na sociologia no que se respeito à interdependência entre personalidade e meio social, na psicologia nos que pudessem explicar melhor o comportamento dos clientes e contribuindo na implantação de um método de tratamento cujo principal é a pessoa em situação.

O serviço social de caso utilizava se uma abordagem individual cujo tinha como o instrumento de intensificar as situações sociais, ou seja, os problemas em comum da população, para um planejamento de atividades grupais e programas específicos.

HAMILTON informa que:

O serviço social de caso caracteriza se pelo objetivo de fornecer serviços básicos práticos e de aconselhamentos, de tal modo que seja desenvolvida a capacidade psicológica do cliente e seja levado a utilizar se de serviços existentes para atender a seus problemas. (HAMILTON, 1958, pag.38).

E a partir de 1947, as escolas de serviço social, começaram a utilizar um novo método de intervenção social, compondo assim um currículo o método de serviço social de grupo.

O serviço de grupo foi utilizado em uma perspectiva educacional em medida na qual procuraria fortalecer a personalidades individuais, através de capacidade de liderança e na sua tomada de decisão. Podemos dizer então que o serviço social de grupo ajudava os indivíduos a se desenvolverem no contexto social que estavam inseridos.

Segundo KONOPKA o serviço de grupo era então definido como:

Um método do serviço que ajuda os indivíduos a aumentarem o seu funcionamento social, através de seus objetivos e experiências de grupo e a enfrentarem, de modo mais eficaz os seus problema sociais, a grupo ou comunidade (KONOPKA, 1979, pag.33).

O desenvolvimento de comunidade também chamado de serviço social de caso foi o terceiro método de trabalho do assistente social, cuja finalidade de ajustamento do indivíduo e ao mesmo tempo realizava se um trabalho assistencial.

O serviço social de comunidade possuía alguns objetivos semelhantes ao serviço social de caso e grupo, tendo como um ajustamento social e a adaptação do mesmo na sociedade, ao mesmo tempo realizava um trabalho assistencial, junto à população em situação de vulnerabilidade social.

O desenvolvimento de comunidade foi implantado no Brasil nos demais países como América Latina, na década de 50, que possuíam participação popular em programas de governo como um eixo central de processos de integração e promoção social, cuja finalidade de envolver os sujeitos de uma possível conquista de uma situação de bem estar social.

De acordo com ABREU afirma que:

Esta ideologia, ao mesmo tempo em que destaca a participação do próprio povo nos esforços para melhorar seu nível de vida e o apoio técnico governamental para tornar eficazes os programas de ajuda mútua, como ingredientes básicos para o desenvolvimento de comunidade, oferecendo sustentação para o entendimento de que estes mesmos elementos constituem se componentes do processo pedagógico de organização e desenvolvimento locais em que o

desenvolvimento de comunidade e um importante instrumento desse processo (ABBREU, 2002, pag.110).

IAMAMOTO (2004) diz que para compreender a metodologia do serviço sócia, não se deve percebê-la de modo separada da sociedade, pois ela diz respeito ao modo de ler, interpretar, relacionar, com a realidade social. Isso explica a atenção que o serviço social deu ao fazer e a formação profissional para atuar nas instituições remodeladas do regime militar.

Na década de 50, com a modernização do Estado, houve transformações econômicas, as instituições de assistência social passam a serem instrumentos de veículos de políticas sociais voltadas para os trabalhadores. A questão social passou a ser um caso de polícia, o governo passou a ter como objetivo de eliminar a pobreza e a mudança no sistema de educação com o intuito de estimular grandes setores da economia desde que estivessem sobre o domínio das classes burguesas.

O serviço social passou a ser de grande importância para solucionar os conflitos entre classes que ainda possuiu alguns traços conservadores. E ao mesmo tempo em que e reforçada a industrialização frente ao governo de Juscelino Kubitschek no período de 1956^a 1961, o mercado se expandiu sob o sistema capitalista e do Estado modificando assim o cenário da atuação do profissional de assistente social, ampliando o mercado de trabalho dos mesmos, ampliando também a participação de mulheres na sociedade, no mercado de trabalho, na educação e na política, fazendo com que surgir os questionamentos em relação ao tradicionalismo e conservadorismo no mercado de trabalho para o serviço social aumentando a necessidade de profissional com conhecimentos teóricos metodológicos e técnicos.

A partir da década de 60 o serviço social avançou em mais uma perspectiva do rompimento das suas raízes conservadoras, o chamado de movimento de reconceituação profissional, no que representou uma tomada de consciência crítica e política dos assistentes sociais na América Latina. Desta maneira RIBAS afirma “O serviço social tem grande desafio de superar as práticas conservadoras que imprimam a identidade assistencialista a profissão por muitas décadas” (RIBAS, 2009, pág., 2).

1.2 O movimento de reconceituação da profissão

A hegemonia do serviço social da década de 60, quando dá início a um processo, denominado por NETTO (2005), de movimento de reconceituação³ em que se inicia um momento de profundos debates e questionamentos relacionados à profissão. Uma das vertentes, destacada dentre a heterogeneidade dos debates, denominou de perspectiva modernizadora que visava assegurar respostas à realidade brasileira, em consonância com o desenvolvimento social, para que o serviço social se propusesse a refletir, conforme a expressão de seus agentes sobre o caráter científico do serviço social. Os agentes profissionais se punham, então, a refletir sobre a sua especificidade técnico – operativa e sobre uma suposta natureza científica de suas produções teóricas.

O referido Movimento apresenta-se de acordo com NETTO (2006), sobre três modelos de proposta profissional, sendo elas: a Perspectiva Modernizadora, que propõe um rompimento com o Serviço Social Tradicional, no sentido de se moldar as necessidades do novo modelo de Estado desenvolvimentista e modernizador.

Na segunda perspectiva, a Reatualização do conservadorismo, segundo NETTO (2006), tinha-se a proposta de retorno aos fundamentos da gênese da profissão, ou seja, retroceder sobre o já alcançado, voltando às características totalmente baseadas nos preceitos da Igreja Católica.

Já a terceira vertente, a chamada de Intenção Ruptura, é baseada na teoria Marxista, ainda que de forma enviesada, porém com a proposta de alcançar um pensamento crítico em relação à sociedade, e um menor distanciamento com os usuários.

Segundo NETTO (2006), é somente na década de 1980 que, essa última vertente ganha proporções centrais no debate profissional, dando o tom da polêmica e confrontando o conservadorismo do serviço social, antes chamado de serviço social tradicional. É nesse mesmo momento histórico que o Serviço Social se

³ O Movimento de Reconceituação para o Serviço Social representa uma grande mudança, dada sua busca de desvinculação do Conservadorismo e das técnicas importadas do Serviço Social Norte-Americano. Este resumo aborda a importância da reflexão sobre este Movimento que surge com a necessidade de adequar as práticas profissionais a realidade do País e a ruptura com o Conservadorismo (denominado Serviço Social “tradicional”), construindo novos métodos e técnicas a partir das necessidades populares, para um agir profissional com identidade própria, condizente com a realidade social. Disponível em <http://seer.unipampa.edu.br/> acessado em 21/06/2018.

expande profissionalmente com a construção de um novo projeto profissional, ocorrendo a ruptura teórica e política com o lastro conservador de suas origens.

Segundo Netto apud IAMAMOTO (2009), os projetos profissionais, construídos pela respectiva categoria,

[...] apresentam a autoimagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam requisito [...] para seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem balizas de sua relação com os usuários dos seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições, públicas e privadas. (NETTO, 1999, p.88).

O projeto profissional do Serviço Social brasileiro é historicamente datado, fruto de expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no país, com forte presença das lutas operárias. Esse projeto profissional constitui um universo heterogêneo, visto que os membros da categoria profissional são necessariamente indivíduos diferentes, sendo seu corpo profissional uma unidade não homogênea, mas uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes. (IAMAMOTO, 2009, p. 223).

O projeto profissional concretizou-se em várias dimensões da profissão, por exemplo, nos instrumentos legais, que asseguram direitos e deveres dos assistentes sociais e representam uma defesa da autonomia profissional na condução do seu trabalho na luta por direitos, além de reafirmar, o respeito à autonomia e a presença política do movimento estudantil no Serviço Social, um dos espaços em que esse projeto é vitalizado.

Foi no solo histórico de grandes lutas por melhorias para a sociedade brasileira que se tornou possível e se impôs como necessário um amplo movimento de renovação crítica do serviço social, derivando em significativas alterações nos campos de ensino, da pesquisa e da organização político corporativa dos assistentes sociais. Nesta perspectiva iniciou-se a discussão do projeto ético político da profissão que tem como proposta o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher

entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

A perspectiva modernizadora constitui a primeira expressão do processo de renovação do Serviço Social no Brasil. Ela se desdobra nos eventos de Araxá (19-26/03/1967) e Teresópolis (10-17/01/1970). Esses dois documentos podem ser considerados a tentativa de adequar o Serviço Social às tendências políticas que a ditadura tornou dominante e que não se punha como objeto de questionamento pelos protagonistas que concorriam à sua elaboração. Encontro de Araxá em MG (1967) reunindo 38 Assistentes sociais docentes e não-docentes promovido pelo centro brasileiro de cooperação e intercâmbio de serviços sociais (CBCISS). Tendo como objetivo repensar em maior profundidade a teoria básica do Serviço Social e sua metodologia.

É da perspectiva da globalidade que flui a reflexão que em Araxá vai conduzir a adequação da metodologia do Serviço Social que vão se efetivar em dois níveis o micro e o macro. No micro é essencialmente operacional, o macro compreende as funções do Serviço Social ao nível da política e do planejamento para o desenvolvimento da infraestrutura social. O documento entende-se a estrutura social como facilidades básicas, programas de saúde, educação, habitação, serviços sociais fundamentais. Algo significativo é a vontade da profissão onde os Assistentes sociais não sejam mais meros executores das políticas sociais, sejam capazes, sobretudo de formulá-las e geri-las.

Sete encontros foram realizados para discuti-lo, dando origem ao próximo encontro que foi o de Teresópolis (1970) sobre metodologia com repercussão em toda América Latina. Oferece uma metodologia do Serviço Social voltada para a prática profissional do Serviço Social e que se desenvolva com um nível mínimo de cientificidade. Ele aborda uma determinação de um método profissional que defende ser um método científico.

Oito anos depois (1978) realizou-se o encontro de Sumaré (RJ), objetivando a cientificidade do Serviço Social. Este encontro registra o deslocamento da perspectiva modernizadora da arena central do debate e da polêmica e a disputar seus espaços e hegemonia com ressonância nos foros de discussão, organização e divulgação da categoria profissional. O desafio que ficou foi de discutir a construção do objeto do Serviço Social mediante um enfoque dialético que incorpore uma dupla

perspectiva: a da ciência e a dos modos de produção das formações sociais e das conjunturas políticas.

O I Seminário Latino Americano de SS (1965) em Porto Alegre é marcado pela linha do movimento de ruptura com o tradicionalismo. A transição de 60 para 70 foi uma forte crítica ao Serviço Social tradicional de prática empirista, paliativa e burocrática. Visava enfrentar as tendências psicossociais da Questão Social, na raiz da crise do desenvolvimentismo capitalista que gerou mobilização das classes subalternas em defesa de seus interesses. A ruptura com o Serviço Social tradicional expressa rompimentos das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformação da estrutura capitalista, concentradora, explorada.

A ruptura com a herança conservadora expressas como uma luta por alcançar novas bases de legitimação da ação profissional, e de colocar-se a serviço dos interesses dos usuários. E tem como pré-requisito que o Assistente social aprofunde a compreensão das implicações políticas de sua prática profissional, polarizada pela luta de classes. Essa interação entre o aprofundamento teórico rigoroso e a prática renovada, politicamente definida, constitui elemento decisivo para superar o voluntarismo, a prática rotineira e burocrática, as tendências empiristas, o alheamento do modo de vida do povo e o desconhecimento do saber popular. (IAMAMOTO;1995).

Autores identificam cinco enfoques diferentes no movimento de reconceituação: Científico, técnico-metodológico, ideológico-político, ciência do cotidiano e a luta pela profissionalização. Componentes básicos da nova proposta: A crítica, quase sempre radical, do Serviço Social tradicional e o esforço do Serviço Social em construir uma teoria e práxis do Serviço Social, em resposta à realidade latino-americano e à luz de posicionamento ideológico. Esses componentes são considerados interfaces do movimento. O movimento surge como resultado da incidência, no Serviço Social acompanha a sociedade na irrefreável luta por seus direitos fundamentais inclusos o direito à liberdade.

A partir de posicionamento ideológico, um impulso crítico ao capitalismo. Assistentes sociais produziram boas análises da realidade brasileira, mas raramente se encontra análise da atuação do Serviço Social nessa mesma realidade. Um dos pontos altos do movimento e a chamada para a realidade concreta da América Latina e a exigência de um comprometimento com essa realidade e com o povo oprimido. A realidade em que a economia é dependente e o distanciamento cada

vez maior entre agrada maioria em condições infra-humanas de vida e uma pequena minorias abastadas o que confere a marca de uma sociedade consumista, injusta, e onde se verifica concentração de riqueza.

Uma das vertentes que emergiu no movimento de reconceituação foi a vertente modernizadora, esta possui características funcionalistas, estruturalistas e mais tarde sistêmicas, as quais podem ser definidas como o estudo dos subsistemas da sociedade. Outra vertente que se faz presente neste movimento foi a vertente inspirada pela fenomenologia, a qual já explicamos de forma objetiva e cristalina no decorrer deste texto, mas que resumidamente se refere à priorização do diálogo e da transformação social.

NETTO afirma que,

“A existência deste ‘Serviço Social crítico’ – que hoje implementa o chamado projeto ético político – é a prova conclusiva da permanente atualidade da Reconceituação como ponto de partida da crítica ao tradicionalismo: é a prova de que, quarenta anos depois, a Reconceituação continua viva” (NETTO, 2005, p. 18).

Sendo assim, este movimento instituiu-se como um momento do Serviço Social que continua a existir, e eleva o Serviço Social a ser uma profissão que possui muitas conquistas pela frente, sempre em busca do aperfeiçoamento e da luta pelos direitos da sociedade, respeitando valores, promovendo a emancipação, a autonomia das pessoas, e conseqüentemente melhores condições de vida para a população.

Para IAMAMOTO,

“O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários” (IAMAMOTO, 2008, p. 17).

O Serviço Social enfrenta e se “reconceitua” a cada dia. A Reconceituação foi um movimento que perpassa os dias atuais e que influenciou diretamente na formulação do código de ética profissional de treze de março de 1993, na lei de regulamentação da profissão de sete de junho desse mesmo ano, e também na criação das atuais diretrizes curriculares de 1996, comprometida com valores e princípios, promovendo-se também um projeto ético político-profissional a partir da criticidade do Serviço Social.

1.3 O Serviço Social na atualidade: uma reflexão crítica

Conforme NETTO (1999), o projeto profissional é um, entre um conjunto de referências técnicas, teóricas, éticas e políticas para o exercício profissional. São estes elementos que possibilitam um trabalho diferenciado daquele realizado por leigos, pois permitem qualificar e enriquecer o exercício profissional, tornando-o consciente para seus agentes.

Neste sentido GUERRA,

[...] não obstante os avanços da profissão na ausência de um projeto profissional crítico que vise romper com o tradicionalismo das práticas profissionais, ficam muito limitadas às possibilidades de diferenciação entre o exercício profissional e a prática filantrópica, assistencialista, voluntarista. (Guerra, 2007, p11).

Dessa forma, o profissional que tem como orientação o projeto de ruptura com práticas tradicionais e conservadoras, atende demandas imediatas, mas buscando suas mediações com o objetivo de não reduzir essas demandas profissionais às necessidades da instituição empregadora. O seu trabalho se torna diferenciado da prática de leigos, pois não se reduz a atividades burocrático-administrativas, tendo em vista que o projeto lhe possibilita clareza da intenção, capacidade de decifrar o significado das demandas, captando as reais necessidades.

Para isso, é fundamental uma postura crítico-investigativa, pois ela permite qualificar o exercício profissional, no sentido de apontar tendências, antecipar-se,

reconstruir objetos de intervenção, apreender demandas emergentes. É só por meio da pesquisa de realidade que se pode produzir conhecimentos voltados para os segmentos com os quais se trabalha, objetivando sua organização e mobilização. Ainda com referência ao projeto profissional, conforme GUERRA (2007, p.21), ele propõe um conjunto de referências prático-instrumentais, de modo que os seus portadores tendem a uma prática de novo tipo.

O projeto profissional é um elemento de unidade entre teoria e prática, é um elemento necessário, ainda que insuficiente, para que uma atividade se converta em práxis. É por esta razão, que conforme GUERRA (2007, p.24). Tal projeto tem seu raio de ação limitado à sua natureza (de se constituir em possibilidade), ainda que permita antecipar resultados, pois mesmo que contemple uma dimensão prospectiva, não oferece garantia de que os resultados sejam efetivados de fato.

Isto porque os profissionais atuam em circunstâncias sociais e determinações causais historicamente dadas, nem sempre escolhidas e/ou apreendidas por eles, nessas circunstâncias operam intencionalidade de outros sujeitos atuantes. Tais circunstâncias objetivas e subjetivas estabelecem determinada configuração à intervenção profissional, indicando seus limites e possibilidades.

O profissional que se encontra posto no atual sistema vigente se depara com grandes dificuldades de organizar-se em relação ao seu trabalho, o capitalismo que visa a cada dia a obtenção de lucros abusivos com a exploração do trabalho interfere na atuação do profissional do serviço social, direcionando-o a ser como diria Netto, um mero executor de políticas públicas, totalmente burocratizadas “obedecendo” as regras institucionais.

Segundo IAMAMOTO (2009),

O assistente social, ao atuar na intermediação entre as demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais, coloca-se na linha de intersecção das esferas pública e privada, como um dos agentes pelo qual o Estado intervém no espaço doméstico dos conflitos, presentes no cotidiano das relações sociais. Tem-se aí uma dupla possibilidade. De um lado, a atuação do (a) assistente social pode representar uma “invasão da privacidade” através de condutas autoritárias e burocráticas, como extensão do braço coercitivo do Estado (ou da empresa). De outro lado, ao desvelar a vida dos indivíduos, pode, em contrapartida, abrir possibilidades para o acesso das famílias a recursos e serviços, além de acumular um conjunto de informações sobre as expressões contemporâneas da questão social pela via do estudo social. (IAMAMOTO, 2009, p. 208)

Segundo a mesma autora, atualmente, este trabalhador (a) social atua no âmbito das relações sociais, junto a indivíduos, grupos, famílias, comunidade e movimentos sociais, desenvolvendo ações que fortaleçam sua autonomia, participação e exercício de cidadania, com vistas às mudanças nas suas condições de vida. Os princípios de defesa dos direitos humanos e justiça social são elementos fundamentais para o trabalho social, com vistas à superação da desigualdade social e de situações de violência, opressão, pobreza, fome e desemprego.

Para IAMAMOTO (2009), busca-se construir um novo perfil profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópica quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também para moldar os rumos de sua história.

IAMAMOTO (2009), continua ressaltando que,

[...] busca-se construir um novo perfil profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópica quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também para moldar os rumos de sua história. As possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeito, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho (IAMAMOTO, 2009, p. 97).

Por fim, é possível apreender que, o assistente social como trabalhador especializado, deve apresentar propostas profissionais que vislumbrem soluções para além da requisição da instituição, cujas demandas são apresentadas na versão burocratizada e do senso comum, destituídas da tradição ética política ou da interpretação teórico-metodológica. Portanto, cabe ao assistente social a responsabilidade de imprimir na sua ação os saberes acumulados pela profissão, ao longo do processo de reelaboração das demandas a ele encaminhadas.

Ao falarmos de projeto ético político ou projeto profissional estamos referindo ao projeto de influência de tradição marxista. É um projeto que propicia uma leitura

crítica aos 11 princípios do código de ética tornando como totalidade partir do referencial marxista.

É fundamental para o trabalho do assistente social na atualidade, tendo em vista, que o trabalho deste profissional nos espaços sócios ocupacionais acontece devido às transformações do trabalho abstrato na qual o conjuga como um trabalhador assalariado, revelando que o assistente social tem seus limites no exercício da sua profissão. A suposta autonomia que o código de ética vem garantindo na verdade revela como uma relativa autonomia, cujo e um processo conjugado na requisição do empregador e nas demandas derivado as necessidades dos sujeitos.

Segundo IAMAMOTO que:

E neste terreno denso de tensões e contradições sociais que se situa o protagonismo profissional. Ainda que os profissionais disponham, no mercado de trabalho, de uma relativa autonomia na condução de suas atividades, os de empregadores articulam um conjunto de contradições que informam o processamento da ação e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados, estabelecendo as condições sociais em que ocorre a materialização do projeto profissional em espaços ocupacionais específicos (IAMAMOTO, 2012, pág., 219).

As transformações societárias vêm se expressando de uma forma desregulada pela globalização econômica e mundial que desta forma traz impactos no mercado de trabalho do assistente social. Analisando a economia mundial de acordo com NETTO (1996), podemos observar que se expressa de uma forma desregulamentada pelo o capitalismo financeiro (características desta fase são de especulação financeira e desenfreada).

As transformações societárias se colocam em curso na década de 1970, fase no capitalismo tardio, transitando para um período de acumulação flexível no final da década de 1970 com ápice no período de intensificação do neoliberalismo já no final da década de 1980. Onde foi marcado pelo período da revolução tecnológica que implica na substituição do trabalho vivo (trabalhadores) pelo o trabalho morto, e frente a essa dinâmica o capital vem sido favorecido com as mudanças ocorridas no mercado de trabalho.

O serviço social sofre com as imposições do capitalismo financeiro, a saber, da segmentação das atividades profissionais, precariedade nas condições de trabalho na instituição pública como na privada, na refilantropização da assistência, precariedade na formação, tanto pública quanto privada (a lógica do capital predomina nos dois setores mesmo sendo caracterizada de uma forma diferente), dentre outros. E toda essa conjuntura dificulta a consolidação do projeto ético político do serviço social, pois o contexto social é muito complexo, contraditório e se coloca como numa dinâmica permanente de correlação de forças antagônicas.

IAMAMOTO destaca que,

[...] a operacionalização do projeto profissional supõe o reconhecimento da arena histórica que circunscreve o trabalho do assistente social na atualidade, estabelecendo limites e possibilidade na realização daquele projeto. IAMAMOTO (2012; p. 230)

Os componentes que dão materialidade ao projeto são: a dimensão da produção de conhecimentos no interior do serviço social, pautada na esfera da sistematização, na investigação, nos processos reflexivos do agir profissional e na dimensão político organizativa da profissão. As dimensões político organizativas da profissão nos referiram ao Conselho Federal de Serviço Social CFESS, aos Conselhos Regionais de Serviço Social CRESS, a ABEPSS e as outras associações políticas organizacionais. E a dimensão jurídica política da profissão no que se refere aos aparados jurídicos como: o código de ética profissional, lei de regulamentação da profissão e as diretrizes curriculares, além da Constituição Federal e legislações vigentes (BRAZ, 2009).

E para optar pelo o projeto profissional, o assistente social precisa apreender o pilar de sustentação da profissão, pois se trata de uma escolha ético política, teórico metodológica e técnico-operativa frente aos diferentes projetos. A dimensão ético política é um compromisso que a profissão tem com a classe trabalhadora e com a transformação social.

A dimensão teórico – metodológica nos remete ao embasamento do referencial teórico e ter o conhecimento da teoria no que orienta com a prática, ou seja, vai direcionar a sua intervenção no sentido de como fazer. E a dimensão

técnico operativa é o domínio dos instrumentos que são disponíveis para o exercício profissional e não só os instrumentais técnicos, e também dominar os aporte legais e normativos que subsidiam a profissão.

Com isso, a materialização do projeto ético político se dá através das ações interventivas dos profissionais em seu cotidiano de trabalho. O que merece destaque é que o projeto profissional não foi construído numa perspectiva meramente corporativa ainda que a defesa das prerrogativas profissionais e dos trabalhadores especializados, o projeto profissional os ultrapassa, porque é histórico e dotado de caráter ético- político, que eleva esse projeto a uma dimensão de universalidade, a qual subordina, ainda que não embace a dimensão técnica- profissional. Isto porque ele estabelece um norte.

CAPITULO II: O CONTEXTO SOCIAL DA CASA DO CIDADÃO: O SERVIÇO SOCIAL PRESENTE

2.1 O contexto histórico da casa do cidadão em Caratinga

O direito de acesso à justiça é parte integrante da cidadania. Somente diante da possibilidade de o indivíduo ter seus direitos assegurados pelos princípios da justiça e de suas instituições é que se torna efetivo o exercício de cidadania. Embora no plano normativo haja a garantia de direito de acesso à justiça, inúmeros fatores fazem com que na prática a efetivação deste acesso encontre dificuldades e obstáculos para sua implementação.

O agravamento das desigualdades sociais e da pobreza na sociedade brasileira, o desrespeito aos direitos dos homens levam cada vez mais à procura do serviço de assistência judiciária um contingente de pessoas em número muito superior a sua capacidade de atendimento.

A assistência jurídica tem importância fundamental, pois se constitui para as classes subalternas da sociedade como modalidade de acesso real à justiça reconhecendo publicamente como legítimas suas demandas, ao mesmo tempo em que resgata sua cidadania.

MARCACINI destaca,

Ao mesmo tempo em que a assistência jurídica passa a ter importância fundamental para resgatar a cidadania de volume gigantesco de seres humanos, o instrumento não pode deixar de ser visto como mero paliativo, diante do ideal possivelmente utópico mesmo a longo prazo, de erradicar a pobreza. (MARCACINI,1993, p. 3)

A procura de um recurso de assistência jurídica, por parte de um sujeito e/ou família começa com um conflito entre pessoas no seu meio familiar, que possuem direitos e deveres, assumindo posições antagônicas em face dos próprios interesses em jogo, não possibilitando a resolução do problema através do consenso. A população atendida pelos serviços de assistência jurídica do Estado carece de recursos sociais, vivencia um processo de exclusão social, sem poder escolher livremente o seu prestador de serviço, pois não tem meios para efetuar seu

pagamento; sendo assim, necessita e depende desse serviço para garantir o atendimento de seus direitos e de seu acesso à justiça.

A falta de recursos, aliada à carência de informação e ao desconhecimento das leis, a insegurança ou o temor de enfrentar uma ação judicial dificultam ao sujeito procurar ajuda nesses serviços, pois ele não acredita que possa ser bem-sucedido na tarefa se lutar por seus direitos.

O serviço de assistência jurídica assume papel relevante na sociedade, principalmente junto às camadas da população subalternas, possibilitando a esses sujeitos o acesso à justiça para atendimento e garantia de seus direitos e do exercício de sua cidadania.

CHUAIARI sinaliza

O modelo de cunho inovador tem um trabalho relevante na orientação jurídica e na formação sobre exercício e os direitos de cidadania, proporcionando assim ao sujeito carente maiores chances de ter acesso efetivo à justiça. Este atendimento compreende também as formas alternativas de resolução de conflitos. (CHUAIARI, 2001;131)

Neste contexto, a Casa do Cidadão exerce um papel de relevância, sendo fundada em março de 2003 e tornou-se referência no município de Caratinga e região. É uma instituição privada que desenvolve atuação como vistas no atendimento sócio jurídico às famílias em situação de vulnerabilidade social, constituída por uma equipe multiprofissional que atua de forma integrada, sendo composta por advogados e uma assistente social, a composição é definida pelo o diretor e coordenador do projeto, considerando os critérios de prioridades. Desta forma, o serviço social realiza uma triagem sócio econômica do grupo familiar para atendimento jurídico.

O Escritório Modelo de Assistência Jurídica (EMAJ) tem como finalidade proporcionar o acesso à justiça a pessoas de baixa renda da cidade de Caratinga e região e para tanto, realiza se um atendimento jurídico nas áreas de direito da família, na área civil e penal, por intermédio de alunos do curso de direito orientados por advogados que são professores orientadores do EMAJ. Assim, a casa do cidadão, contribui para a efetivação de direitos, fazendo interlocução entre o jurídico e a assistência social.

O EMAJ foi idealizado para proporcionar aos alunos regularmente que são matriculados no curso de direito das Faculdades Doctum de Caratinga o exercício da prática jurídica curricular, bem como da prática profissional da advocacia, a ser exercida pelo discente a partir do sétimo período. É através do EMAJ que o discente poderá entrar em contato com o universo jurídico, ainda na graduação, sob o amparo dos professores orientadores, em uma estrutura própria regulamentada através do Núcleo de Prática Jurídica.

Apesar de ter como atividade precípua o atendimento às necessidades práticas dos discentes, na qualificação profissional, o EMAJ também tem como escopo, e não menos importante, a prestação de assistência jurídica às pessoas carentes, bem como orienta-los quanto aos seus direitos e deveres. O cidadão que preferir por optar por socorrer-se a casa do cidadão poderá contar com os profissionais especializados nas diversas áreas jurídicas e também com os estagiários do curso de direito, que são treinados e capacitados para o atendimento ao público. Esta modalidade de atendimento é gratuita e dotada de estruturas totalmente desburocratizada, visando coibir as práticas seletivas típicas do mundo jurídico.

Vale ressaltar também que, desde o primeiro contato com a prática profissional o discente é orientado por todo um corpo docente que integra o Núcleo de Prática Jurídica para agir preventivamente, buscando, sempre que possível, a conciliação ao invés de litígios.

Os atendimentos são realizados a partir de agendamentos no espaço casa do cidadão, semanalmente as terças feiras, quartas e quintas feiras do horário de 13 horas às 17 horas e destina-se ao desenvolvimento de todas as atividades de extensão dos cursos da instituição, abrigando seus diversos núcleos de atendimento a comunidade carente da cidade e região.

A casa do cidadão tornou-se referência no município e em toda a região devido à grande demanda e procura pelos serviços prestados pela casa, duas extensões do projeto foram implantadas: a casa do cidadão itinerante e a casa do cidadão. A casa do cidadão itinerante tem como objetivo de atender as pessoas que, efetivamente, por falta de recursos, meios de transportes e outros, têm dificuldade para deslocar-se e buscar auxiliar nas diversas atividades que englobam a casa.

As atividades são desenvolvidas da seguinte forma:

- Atendimentos semanais ao público que são nas terças feiras, quartas feiras e quintas feiras.
- E a dinâmica do atendimento: após a entrevista com uma assistente social, o usuário, após ser passado por uma triagem sócio econômica do grupo familiar com finalidade de verificar se o usuário é apto para ser atendido no EMAJ, será encaminhado para o setor jurídico.

O usuário considerado apto para o atendimento passa ser atendido pelos os estagiários do EMAJ, será encaminhado para atendimento jurídico, que será feito pelos os estagiários do curso de direito, sempre supervisionados por um advogado orientador. Após a entrevista com o usuário, o estagiário dará o encaminhamento necessário para o atendimento.

De acordo com CHUAIRI,

Os indivíduos que não se enquadram nesses critérios são orientados a procurar a prestação de serviços profissionais de advogados particulares. Estas pessoas podem escolher livremente seu prestados de serviço, discutindo as condições de execução do trabalho e pagamento de seus honorários. (CHUAIRI, 2001;132)

As ações que são distribuídas pela a casa do cidadão são as ações de execuções de alimentos, divórcio tanto como o consensual como o litigioso, exoneração de alimentos, criminal, interdição, investigação de paternidade, retificação de registro, curatela.

Nas mais diversas esferas sócio jurídicas, a sociedade busca os órgãos do direito para resolver seus conflitos. Nesse quadro, o setor de Serviço Social está sendo bem desenhado, uma vez que suas atribuições na mediação eram informais e interpretadas como intermediações. Hoje, a visível mediação realizada pelo profissional de serviço social abriu espaço para que o setor se fortifique também na arbitragem, uma vez que cheio de conhecimentos jurídicos e sociais está apto para se tornar o mediador e o árbitro do futuro.

O Serviço Social está em consonância com os princípios éticos e políticos da profissão, se posicionando como porta de entrada da instituição. O profissional realiza diferentes mecanismos de registro bem como:

- **Triagem Sócio econômica** – A partir do agendamento feito pela secretária da Rede o usuário é encaminhado a triagem sócio econômica do grupo familiar, a fim de analisar a necessidade de cada usuário, nesta triagem é solicitado todos os documentos para que se possa encaminhar ao setor jurídico, desburocratizando o atendimento da fase seguinte.
- **Entrevista individual** – São realizadas entrevistas com usuários que por algum motivo estão sofrendo determinadas violações de direitos, garantindo a escuta e acolhida dos mesmos;
- **Abordagem Social** – Compreende a identificação e a análise das relações a rede social do usuário, para discussão do caso com os membros da rede;

O Serviço Social aplicado ao contexto jurídico configura-se como uma área de trabalho especializada, que atua com as manifestações da questão social, em sua interseção com o Direito e a justiça na sociedade.

O Serviço Social possui uma interface histórica com o Direito, à medida que sua ação profissional, ao tratar das manifestações e enfrentamento da questão social, coloca a cidadania, a defesa, preservação e conquista dos direitos, bem como sua efetivação e viabilização social, como foco de seu trabalho.

2.2 A prática profissional do assistente social na casa do cidadão

Na atualidade pode-se compreender o papel do terceiro setor junto às instituições e às políticas sociais que é de extrema importância, pois estas instituições crescem a cada dia mais, e seu crescimento está potencializado junto às demandas das pessoas que encontram-se em situação de vulnerabilidade social.

A Casa do Cidadão faz parte destas instituições e o Serviço Social se faz presente neste contexto. Sendo assim, o assistente social desenvolve um papel muito importante na casa do cidadão, pois usa de suas ferramentas que a profissão dispõe articulando-se juntamente com o setor jurídico as demandas que chegam a casa. Assim sendo, realiza em forma de entrevista as triagens com os usuários com

o objetivo de verificar a análise socioeconômica do grupo familiar para critério de atendimento.

O trabalho do assistente social na casa de caracteriza para uma prática de operacionalização de direitos, e também compreensão dos problemas sociais que são enfrentados pelos os sujeitos no seu cotidiano e inter-relações com o sistema de justiça visando em atender as demandas e necessidades da população subalterna que recorre e utiliza a estes serviços ofertados pela casa do cidadão.

Portanto, foi realizada no mês de novembro do corrente ano uma pesquisa por meio de uma entrevista semiestruturada, com a assistente social que presta os serviços na casa. As entrevistas semiestruturadas são procedimentos de coleta de dados no que se baseia na forma de colher informações, permitindo então ao entrevistador reformular imediatamente o seu próprio roteiro, conforme os pontos abordam na pesquisa.

Segundo Netto afirma que,

Através da pesquisa, o assistente social pode ser reconhecer na realidade apresentada, suas metamorfoses e contradições. Os materiais produzidos pelo o mestrado, doutorado demonstram a inserção do assistente social na realidade, é a partir do resultado deste material, parte se para uma nova reflexão, uma nova forma de identificar as transformações societárias, e isso aponta para uma nova leitura dos processos sociais. (NETTO, 1999, p 102).

A pesquisa significa indagação ou busca para uma averiguação da realidade, investigação, com o objetivo de descobrir ou estabelecer fatos ou princípios relativos a um campo qualquer do conhecimento. (FERREIRA, 1986, p. 1320). A definição trazida pela autora, nos ajuda a compreender a pesquisa como uma ação de conhecimento da realidade, trazendo um processo ou investigação para podermos conhecer melhor a realidade, que ainda é desconhecida. O mais importante é poder compreender que a pesquisa como um processo de produção de conhecimentos, para compreensão de uma nova realidade, isto quer dizer é através de conhecimentos que nos auxiliam na interpretação da realidade apresentada.

De acordo com Minayo que,

Entendermos por pesquisa a atividade básica na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que nos alimenta de ensino e a atualiza frente á realidade do mundo. Portando, embora seja uma pratica teórica, a pesquisa vincula o pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática (MINAYO, 2002, p, 17).

Sendo assim a pesquisa tem como objetivo a interpretação do que vivemos, como afirma Santos, ela é a pratica social no nosso conhecimento (SANTOS, 1989, P, 58), o autor reforça o caráter social da atividade da pesquisa, portanto, a construção da pesquisa significa ir além de contribuir na construção de um capo teórico, metodológico necessário para um desenvolvimento e consolidação na investigação, contribuir também para a consolidação teórica e metodológica e da reestruturação política da pesquisa como instrumento de produção social e democrática dos conhecimentos.

Compreende-se que o trabalho do assistente social nos espaços sócio jurídicos se caracteriza por uma prática de operacionalização de direitos, de compreensão dos problemas sociais enfrentados pelos sujeitos no seu cotidiano e suas inter-relações com o sistema de justiça. Além disso esse espaço permite a reflexão e a análise da realidade social dessa população, da efetividade das leis e de direitos da sociedade, possibilitando o desenvolvimento de ações que ampliem o alcance dos direitos humanos e eficácia da ordem jurídica em nossa sociedade

Com base no fortalecimento da discussão aqui pretendida a pesquisa com a assistente social da Casa do Cidadão constatou-se que a mesma atua na casa desde agosto de 2011. O trabalho desenvolvido por ela tem sido singular na efetivação e de cumprimento nas demandas apresentadas. A assistente social concluiu sua graduação na instituição das faculdades Doctum de Caratinga, participando do estágio curricular obrigatório. Em seu exercício profissional participa de atividades como, por exemplo, nos conselhos de direitos e conferências municipais, onde que todo esse processo de formação contribuiu para uma formação de um arcabouço teórico e metodológico do profissional, formando se então as suas bases estruturais para o enfrentamento dos desafios apresentados no contexto histórico da casa do cidadão.

Como descreve lamamoto,

A compreensão dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do serviço social que informa a revisão curricular parte da premissa que decifra a profissão exige aprende-la sob um duplo ângulo. Em primeiro lugar, abordar o serviço social como uma profissão socialmente determinada na história da sociedade brasileira, em outros termos, analisar como o serviço social se formou e desenvolveu no marcadas forças societárias, como uma profissão especialização do trabalho na sociedade. (IAMAMOTO, 200)

Ao ser indagada sobre alguns autores que dão subsídios técnicos, teóricos e éticos para o exercício profissional, mesma citou *“Marilda Vilela lamamoto, Yolanda Guerra e José Paulo Netto”*. O projeto ético político da profissão nos apresenta como base de sustentação no fazer profissional a partir das lutas pelo o reconhecimento da nossa categoria e na busca de desvincular se do conservadorismo e tradicionalismo.

De acordo com lamamoto que,

O código de ética nos indica um rumo ético - político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, deslocados do processo social. Afirma, como valor ético central, o compromisso com a parceria inseparável, liberdade. Implica a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos (IAMAMOTO, 2008, p, 77).

Pautada através do código de ética a assistente social da casa do cidadão desenvolve além de suas funções cotidianas, a supervisão de estágio a aluna em sua construção acadêmica, sendo assim, então um suporte essencial na construção de novos profissionais do serviço social a partir da lida desenvolvida por sua ação profissional e ética.

A assistente social quando questionada sobre os instrumentos/ procedimentos mais utilizados no seu exercício profissional a mesma relatou: *“relatórios, entrevistas parecer social, e encaminhamentos quando há necessidade”* que é quando a mesma realiza a triagem sócio econômica do grupo familiar, além de usar os recursos de fala e escuta qualificada.

Sendo assim Yolanda Guerra nos mostra,

O instrumento é transformado a partir da conversão de algo que é natural para algo útil, configurando para YOLANDA GUERRA (2007) um processo teleológico, pois, existe a necessidade de conhecimento correto das propriedades do objeto (GUERRA, 2007, p 53).

Entrevistas individuais são realizadas com usuários que por algum motivo estão sofrendo determinadas violações de direitos, garantindo a escuta e acolhida dos mesmos. Yazbeck afirma, (1999;150), “O assistente social é o intermediador direto tanto no atendimento concreto às necessidades apresentadas, como responde pelo componente socioeducativo que permeia a produção dos serviços assistenciais”.

Indagada sobre a existência de reuniões com a equipe multiprofissional da casa do cidadão e a assistente social relatou que não acontecem reuniões com os profissionais. O que se pode observar que as reuniões são de extrema importância em nossas ações profissionais. Araújo e Rocha pontua a ação multiprofissional pressupõe a possibilidade da prática de um profissional se reconstruir na prática do outro, ambos sendo transformados para a intervenção na realidade em que estão inseridos. (ARAUJO E ROCHA, 2006). Nesse sentido, destaca-se a importância de reunir-se, havendo a existência de diferentes profissionais em um mesmo espaço de atuação.

Quando perguntada se existem atribuições específicas do serviço social e a mesma informou que sim, “o serviço social é responsável pela a triagem sócio econômica do grupo familiar do usuário”. A triagem sócio econômico do grupo familiar acontece a partir do agendamento feito pela a secretária da Casa do Cidadão onde o usuário é encaminhado para triagem realizada pela assistente social da casa, a fim de analisar a necessidade de cada usuário, e nesta triagem é solicitado todos os documentos para que se possa encaminhar para o setor jurídico. E no que se refere às questões éticas relacionadas a essa atribuição específica, mesma informou sobre a inviabilidade de seu local de trabalho e dos arquivos contendo a documentação dos usuários e observando se também a competência profissional e a prática frente às demandas apresentadas.

Chuaiiri afirma que,

Não raro, os indivíduos chegam ao serviço sócio jurídico estressados, trazem suas dificuldades, angustias e ansiedades para o profissional, expressando um pauperismo decorrente da situação socioeconômica e cultural vivenciada, solicitando providências e soluções rápidas para problemas de conteúdo psicossocial de grande complexidade e de difícil solução imediata. (CHUAIRI,2001;134)

Neste sentido a assistente social foi indagada sobre quais as questões éticas observadas na execução de suas atribuições, a mesma respondeu,

A inviabilidade do meu local de trabalho e dos arquivos contendo a documentação dos usuários. Observa-se também a competência profissional e a ética frente às demandas apresentadas (ASSISTENTE SOCIAL DA CASA DO CIDADÃO)

Sendo assim, foi perguntado sobre o que é a Casa do Cidadão, a assistente social sinalizou que “a *Casa do Cidadão é um espaço acadêmico onde são desenvolvidos os projetos de extensão de todos os cursos da faculdade Doctum de Caratinga*”. A mesma pontuou também sobre o critério de atendimento renda bruta familiar, que em consonância com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) “*não se pode ultrapassar a 02 salários mínimo, ofertando serviços de atendimentos jurídicos. As ações jurídicas de cunho financeiro, ou que envolve bem materiais, são encaminhados para defensoria pública*”. Pode-se observar que o universo marcado pela subalternidade destes usuários na maioria das vezes são trabalhadores, vistos como pessoas necessitadas das políticas públicas e incapazes em relação a sua própria condição, ou seja, dependente de ajuda.

De acordo com YAZBERK pontua que,

A noção de pobreza é, portanto, ampla e supõe gradações e embora seja uma concepção relativa, dada a pluralidade de situações que comporta. Usualmente vem sendo medida por meio de indicadores de renda e emprego, ao lado do usufruto de recursos sociais que interferem na determinação do padrão de vida, tais como saúde, educação, transporte, moradia, aposentadoria e pensões, entre outros. Os critérios, ainda que seja homogêneos e marcados pela dimensão de renda, acabam por convergir na definição de que se são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não tem acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo,

portando, excluídos, em graus diferenciados, da riqueza social. Entre eles estão: os privados de meios de prover á sua própria subsistência e que não tem possibilidade de sobreviver sem ajuda; os trabalhadores assalariados ou por conta própria, que estão incluídos nas faixas mais baixas de renda; os desempregados e subempregados que fazem parte de vastíssima reserva de Mão de obra que, possivelmente não será absorvida (YASBERK, 2009, p.73 e 74).

Diante disso, a assistência social surge para garantir a efetivação dos direitos e emerge como uma política estratégica voltada pra o enfrentamento da pobreza buscando os mínimos sociais para estes usuários que buscam por atendimentos nas diversas redes sócio assistenciais.

Quando perguntado a assistente social sobre quais os serviços ofertados na casa do cidadão, a mesma citou o EMAJ (Escritório Modelo de Assistência Jurídica), idealizado para proporcionar os alunos regularmente matriculados no curso de direito sob o amparo dos professores orientadores, e na estrutura própria regulamentada através do NPJ (Núcleo de Prática Jurídica), oferta de atendimentos jurídicos gratuitos as comunidades de Caratinga e região.

E quando perguntado a assistente social sobre a utilização da rede socioassistencial na sua prática profissional, a mesma relatou que,

Sim. Recebo encaminhamentos de toda a rede socioassistencial CRAS, CREAS, CAPS, INSS, Delegacia da Mulher e Conselho Tutelar. Também aciono a rede quando a demanda apresentada durante a triagem necessita de um atendimento psicossocial (ASSISTENTE SOCIAL DA CASA O CIDADÃO)

Frente ao apresentado pela assistente social, contata-se que a mesma desenvolve uma prática voltada para os direitos sociais, buscando na sua intervenção utilizar do arcabouço teórico metodológico discutido ao longo da graduação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do objeto de estudo apresentado fez-se necessário uma discussão sobre um breve histórico do surgimento e desenvolvimento do serviço social no Brasil, da relevância do projeto ético político para o serviço social e seu significado para a atuação profissional do assistente social, buscando compreender a prática profissional do assistente social na Casa do Cidadão.

A casa do cidadão, presta assistência sócio jurídica às pessoas que encontram-se em situação de vulnerabilidade social no município e região que necessitam deste atendimento de forma gratuita, através de uma equipe multiprofissional, composta por advogados, assistente social e estagiários na área.

Através da pesquisa realizada com a assistente social que trabalha na casa do cidadão, buscou-se compreender prática no seu cotidiano de trabalho.

São muitos os desafios no cotidiano profissional e existe a necessidade de que o assistente social seja dinâmico, propositivo e executivo, pois “as possibilidades são dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais.

Observou-se que a assistente social referendada utiliza de vários mecanismos de registros como instrumentos de trabalho fortalecendo assim sua prática profissional, buscando decifrar a realidade do usuário que busca atendimento na casa.

Iamamoto, confirma que,

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. (IAMAMOTO,2007 p.20)

Sendo assim, percebe-se que a profissional atuante na casa do cidadão apesar das limitações na sua prática devido ao espaço sócio ocupacional integra suas ações de trabalho em uma atuação concreta de acordo com os princípios da profissão tendo uma compreensão dinâmica da realidade social. Efetivando sua prática profissional pautada no projeto profissional crítico do Serviço Social, a saber o projeto ético político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do serviço social: bases históricas-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. In: serviço social e sociedade, n. 79, ano XXV. São Paulo: Cortez, 2004.

ABREU, Marina Maciel. Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

AGUIAR, A.G serviço social e filosofia: das origens a Araxá. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRAZ, M; TEIXEIRA, J.B. O projeto ético-político do serviço social. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CHUAIRI, Silvia Helena. Assistência Jurídica e serviço social: reflexões interdisciplinares. Revista social e sociedade, 67. São Paulo. Cortez editora, 2001.

CASRTO, Manuel Manrique. História do serviço social na América Latina. 6ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2006.

BAPTISTA, Myrian Veras. A investigação em serviço social. São Paulo. Vieras, 2006

FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em serviço social. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítica: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. Serviço social e sociedade. São Paulo: Cortez 2007

HAMILTON, G. teoria e pratica do serviço social de casos. 3 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1958.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional: 3 ed. São Paulo, Cortez, 2000

_____, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional: 3 ed. São Paulo Cortez, 2001

_____. Marilda Vilela. renovação e conservadorismo no serviço social; São Paulo, 2004.

_____, Marilda Vilela. Serviço social no tempo do capital fetiche. Rio de Janeiro, 2005.

_____, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____, Marilda vilela. A divisão do trabalho em MARX.in renovação e conservadorismo no serviço social. 10 ed. São Paulo Cortez. 2008

_____, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 13 ed. São Paulo, Cortez, 2009.

_____, Marilda Vilela, CARVALHO, Raul. RELACOES SOCIAIS E SERVICO SOCIAL NO BRASIL: Esboço de uma interpretação histórico- metodológica. 34 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____, Marilda Vilela. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 7 ed. São Paulo. 2012.

KONOPKA, G. teoria e prática do serviço social de casos. 3. ed. rio de janeiro. Editora Zahar, 1979.

MARCACINI, Augusto T.R. Assistência jurídica, assistência judiciária e justiça gratuita. São Paulo, tese de mestrado, Faculdade de Direito da universidade de São Paulo, 1993.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço social: identidade e alienação. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005

MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social./ Carlos Montano- são Paulo; Cortez, 2002.

_____, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, Jose Paulo. Transformações societárias e serviço social- notas para uma análise prospectiva da profissão no brasil.in serviço social e sociedade n 50. São Paulo, Cortez, abril, 1996;

_____, Jose Paulo. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós 64. 7 ed. São Paulo Cortez, 2004.

_____, Jose Paulo. O movimento de reconceituação 40 anos depois. In. Revista serviço social e sociedade n 84. São Paulo: Cortez, 2005.

_____, Jose Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social. 8 ed. são Paulo Cortez, 2011.

RIBAS, Sibebe. O exercício profissional e os desafios postos ao serviço social- 2009 p.2.

ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. A crise de 1929. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CRISE%20DE%201929.pdf>>. Último acesso em 21 de nov. 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço social e pobreza. Ver. Katál. Florianópolis s v. 13 n.2 p. 153 154 jul./ dez. 2010.

ANEXOS

ANEXO I**ROTEIRO DE ENTREVISTA ASSISTENTE SOCIAL CASA DO CIDADÃO**

1. Nome: _____

2. Idade: _____

3. Sexo: () Feminino () Masculino

4. Estado civil: _____

5. Tipo de vínculo empregatício firmado na instituição: _____

6. Ano de conclusão do curso: _____

7. Instituição de ensino: _____

8. Durante a graduação você participou das seguintes atividades:

() Estágio curricular obrigatório;

() Estágio extra curricular

9. Em seu exercício profissional já participou das seguintes atividades?

() Conselhos de direitos;

() Conferências Nacionais;

() Conferências Estaduais;

() Conferências Municipais;

() Outros: _____

() Nunca participou.

10. Quais os autores de referência do seu exercício profissional?

11. Exerce supervisão de estágio?

() sim;

() não.

12. Quais os instrumentos/procedimentos mais utilizados no seu exercício profissional?

() Relatórios;

() Visita domiciliar;

() Parecer social;

() Reunião;

() Entrevista;

() Palestra;

() Outros: _____

13. Na casa do cidadão são realizadas reuniões de equipe?

() sim - frequência: () quinzenal) () mensal () semestral.

() não.

14. Existem atribuições específicas do serviço social na casa do cidadão?

() Sim - Especifique: _____

() Não.

15. Quais as questões éticas a serem observadas na execução destas atribuições?

16. O que é a casa do cidadão?

17. Existem critérios para requisitar serviços na casa do cidadão?

18. Quais os serviços ofertados na casa do cidadão?

19. Você utiliza na sua prática profissional a rede socioassistencial do município?
Quais serviços são mais utilizados?
